

## 1ª BATALHO LOGISTICO SELVA

# Estudo Técnico Preliminar 10/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64124.001383/2026-67

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente licitação objetiva dotar o Órgão Provedor de Classe I (OP/1) do 1º Batalhão Logístico de Selva de infraestrutura logística, mobiliário e equipamentos de proteção individual e coletiva, e material permanente para o laboratório de inspeção de alimentos e bromatologia (LIAB) em estrito cumprimento às determinações da 12ª Região Militar.

2.2. Na condição de Órgão Provedor, o 1º B Log SI é responsável pela aquisição, armazenagem e distribuição de gêneros alimentícios do Quantitativo de Subsistência (QS) para suprir a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, suas Organizações Militares Vinculadas e os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Em relação ao material permanente para subsidiar o LIAB, é de suma importância, uma vez que todos os gêneros (secos e refrigerados) passam pela laboratório para fins de inspeção e laudos técnicos. Soma-se a isso o apoio logístico às operações coordenadas pelo Ministério da Defesa, tais como as Operações Catrimani, Controle, e outros, além de missões na faixa de fronteira e na Terra Indígena Yanomami. Tal cenário operacional elevou consideravelmente o número de dependentes do apoio logístico desta Organização Militar, exigindo a maximização da capacidade de armazenamento e expedição.

2.3. Nesse contexto, a contratação é fundamental para manter o pleno funcionamento das atividades inerentes à função delegada de Órgão Provedor. A aquisição de soluções para a correta armazenagem, como paletes PBR reforçados, estrados modulares para câmaras frias e cortinas de PVC frigoríficas, aliada ao monitoramento de precisão via termo-higrômetros digitais, é indispensável para garantir a segurança alimentar e a integridade do QS (seco e refrigerado), evitando perdas de suprimentos sensíveis.

2.4. Complementarmente, a demanda abrange a aquisição de EPIs (máscaras faciais, cintas ergonômicas e capacetes) e equipamentos de segurança (extintores e lacres), visando mitigar riscos ocupacionais e garantir a integridade física do efetivo durante a manipulação de cargas pesadas e a aplicação de insumos químicos, como o inseticida fumigante utilizado no processo de expurgo, bem como mobiliários administrativos (mesas, cadeiras e armários, etc) e itens de consumo logístico (lona plástica, filme stretch e lacres numerados, etc) visa organizar as seções de controle e operacionalizar a paletização, assegurando a eficiência do fluxo de suprimentos na Guarnição de Boa Vista-RR.

2.5. Por fim, a inclusão de materiais permanentes para atender o LIAB, tais como autoclave, bomba de vácuo, refratômetro e outros que visam assegurar o melhor funcionamento no aprimoramento e capacitação do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia – LIAB, em proveito à 1ª Brigada de Infantaria de Selva e demais Organizações Militares da guarnição de Boa Vista-RR.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Companhia de Suprimento	ANDRÉ LUIZ QUEIROZ MEDEIROS

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A aquisição dos materiais prevista neste termo possui natureza que a classifica como não-contínua, pois mesmo com a necessidade da manutenção do alcance de apoio logístico e capacidades de Órgão Provedor visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público ou funcionamento das atividades finalísticas do Exército Brasileiro, a presente licitação possui diversos itens de equipamentos de porte industrial e outros objetos que serão adquiridos uma única vez;

4.2. O fornecedor deverá ser do ramo do objeto da licitação e deverá possuir experiência no mercado;

4.3. O material a ser adquirido deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental na qualidade de requisitos sustentáveis, para a empresa contratada;

4.3.1. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.3.3. Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010;

4.3.4. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.

4.3.5. Caso seja detectada alguma irregularidade pelo fiscal do contrato, a empresa contratada deverá ser notificada para regularização da execução contratual, que, no caso, corresponde à observância dos requisitos de sustentabilidade, sob pena de abertura de procedimento administrativo punitivo, na forma da lei.

4.4. Para o item nº 58 (Roçadeira profissional lateral, motor a combustão 2 tempos, marca STIHL, modelo FS 221) foi indicado a marca, com base no Art. 41, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 14.133/2021. A opção pela marca STIHL, especificamente o modelo FS 221, justifica-se pelos seguintes fatos técnicos e administrativos:

4.4.1 Padronização e Compatibilidade de Peças: A Administração Pública possui atualmente em seu almoxarifado um estoque remanescente de peças de reposição e componentes específicos (filtros, velas, lâminas, carretéis e peças internas de motor) exclusivos para a marca STIHL FS. A aquisição de equipamentos de marca distintos tornaria esse estoque ocioso e tecnicamente incompatível, resultando em prejuízo direto ao erário e desperdício de recursos públicos já investidos.

4.4.2 Ressalte-se que a indicação de marca não fere o princípio da competitividade, uma vez que a marca STIHL possui ampla rede de revendedores autorizados e distribuidores em todo o território nacional, permitindo a disputa de preços entre diferentes fornecedores do mesmo produto no certame licitatório.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A Instrução Normativa SEGES 65/2021, de 7 de julho de 2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizaram-se os incisos I, III e IV, do Art. 5º. A utilização do inciso I justifica-se na medida em que este engloba os parâmetros que devem ser priorizados, de acordo com o §1º do artigo em questão. Complementando, a utilização do inciso III deve-se ao fato de não serem encontrados a totalidade dos itens licitados em aquisições e contratações similares de entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório. Portanto, a coleta de preços junto a fornecedores, constante no inciso IV, do Art 5º da IN 65/2021 SEGES, trará equilíbrio ao preço máximo de referência, afastando a possibilidade de fracasso ou deserção do presente certame licitatório, além de fornecer valores de referência aos itens que não possuem preços inseridos nos Incisos I, II e III do Art 5º da IN 65 /2021 situação esta que seria geradora de grande prejuízo operacional a 1ª Bda Inf Sl, que presta suporte operacional a Força Tarefa Logística Humanitária Roraima (FT Log Hum-RR), e participa das operações do Ministério da Defesa desenvolvidas no estado de Roraima, como Operação Controle, Operação Escudo, Operação Ágata Fronteira Norte e Operação Catrimani, sendo responsável pela guarnição de grande parte das fronteiras do país.

5.2. Outrossim, é de suma importância salientar que o estado de Roraima, se encontra no extremo norte do país, sendo conectado com os grandes centros comerciais brasileiros pelo modal aéreo e fluvial, sendo inviável um deslocamento integral rodoviário para grande parte dos destinos nacionais, fato esse que culmina com a elevação dos custos logísticos para fornecimento de materiais, o que deve ser considerado no presente processo licitatório para vislumbrar o valor de referência dos itens em questão, evitando a possibilidade de fracasso e deserção no fornecimento.

5.3. Diante do exposto, os referidos itens da presente licitação são classificados como de natureza comum, haja vista as características dos objetos serem descritas usualmente pelo mercado, assim sendo será utilizado como forma de contratação o pregão, em sua forma eletrônica.

5.4. O levantamento da solução se deu através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado. De uma forma geral, esta equipe identificou, que na aquisição de Gêneros Alimentícios (QS) pela Administração Pública é viável adotar as seguintes soluções:

5.4.1 Contratação por meio de Licitação Pregão Eletrônico SRP: A contratação mediante o Sistema de Registro de Preços encontra previsão no Decreto no 11.462, de 31 de março de 2023, o qual possibilita a adoção desse sistema nas hipóteses previstas nos incisos do art. 3º do mencionado Decreto:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do

art.32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Sendo assim, esta equipe, entende estar justificada a adoção do SRP ao presente processo, que se enquadra no inciso I e IV, do Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

5.5. É importante relatar que inexistem Intenções de Registro de Preço, âmbito federal, da mesma natureza em andamento em nossa Guarnição e Região;

5.6. Esclarecemos ainda que, os itens constantes do Pregão não requer nenhuma complexidade técnica, não necessitando assim audiência pública, para coleta de subsídios que definirão a solução mais adequada sob a ótica do melhor custo-benefício, e que no caso dos itens pretendidos a opção pela aquisição é mais vantajosa do que outras alternativas, a exemplo da locação de bens (artigo 44 da Lei nº 14.133/2021). Pois o custo de locação seria inúmeras vezes mais oneroso que a aquisição.

5.7. Do exposto, deduz-se que a escolha da modalidade aquisitiva através de Pregão Eletrônico, leva em conta princípios constitucionais e legais, tais como o princípio da legalidade, da publicidade, da concorrência, da economicidade, da eficiência, dentre outros princípios que norteiam os processos aquisitivos Públicos, na medida em que possibilitam a livre concorrência entre os fornecedores e o processo transcorre de forma transparente e dentro da mais absoluta legalidade, regido por normas e leis que regulam essa natureza aquisitiva, cujo propósito final é o de celebrar contratos aquisitivos, no menor valor possível e, ao mesmo tempo, com um preço praticável e justo para o fornecedor contratado.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 Esta licitação tem a finalidade do 1º B Log SI adquirir materiais de consumo e permanentes visando subsidiar o Órgão Provedor de Classe I do 1º Batalhão Logístico de Selva, no cumprimento das missões delegadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) e demais Organizações Militares da guarnição de Boa Vista-RR.

**6.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.**

6.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso exigido pela Administração Pública;

6.8. Responsabiliza-se integralmente pelo fornecimento dos itens licitados, mediante recebimento da NOTA DE EMPENHO (NE) de acordo com este ETP, nos termos da legislação vigente.

6.9. Não realizar o fornecimento do objeto licitado sem a prévia NOTA DE EMPENHO (NE), para início das atividades.

6.10. Constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será notificada por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação. Caso não regularize dentro do prazo e não solicite prorrogação de prazo será aberto procedimento administrativo.

6.11. Designar preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, quando necessário.

6.12. Caso haja necessidade de adequação de algum item do objeto, face descontinuidade de produção ou desabastecimento nacional, a contratada, deverá apresentar justificativa e/ou solicitação por escrito, com a descrição detalhada do item, no prazo máximo de 2 (dois) dias posterior ao recebimento da NOTA DE EMPENHO.

6.13. Arcar com todos os ônus necessários ao fornecimento dos itens licitados e contratados, mediante Nota de Empenho, à completa e correta entrega dos materiais, inclusive impostos, taxas, e emolumentos incidentes sobre o objeto desta licitação, fretes, bem como os encargos técnicos e de seguro de acidente do trabalho.

6.14. Assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, aos encargos trabalhistas, aos prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

6.15. Não será admitida em nenhuma hipótese de transferência do Contrato, no todo ou em parte, a outrem.

- 6.16. Permitir que servidor do Órgão Gerenciador e/ou Órgão(s) Participante(s), designado para este fim, o Fiscal de Contrato, efetue a devida fiscalização da documentação fiscal recebida, da entrega, bem como, da quantidade e qualidade dos itens licitados e contratados, mediante Nota de Empenho.
- 6.17. Solicitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, ao Setor de Almoxarifado, situado no interior das instalações do Órgão Gerenciador e/ou Órgão(s) Participante(s), local onde será realizada a entrega do material solicitado mediante Nota de Empenho em horários constantes em acordos firmados entre as partes.
- 6.18. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão transportar e executar os serviços de entrega do objeto da licitação, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das atividades, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 6.19. Manter disciplina nas instalações militares, retirando imediatamente, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração.
- 6.20. Manter os funcionários devidamente identificados com crachá, com fotografia recente e uniformizados, provendo-os com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's que se fizerem necessários.
- 6.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 6.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 6.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.
- 6.24. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração, comunicando imediatamente a este, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, para que sejam adotadas as providências necessárias.
- 6.25. Manter supervisionados os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 6.26. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.
- 6.27. Executar a entrega de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração.
- 6.28. Repor qualquer material ou bem pertencente à Administração e/ou terceiros que for danificado, roubado ou furtado nos locais de entrega do material, por negligência de seus funcionários, após devida apuração do fato, assegurada ampla defesa.
- 6.29. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de entrega do material, em razão de ação ou omissão ou de quem em seu nome agir.
- 6.30. Utilizar toda e qualquer mão de obra complementar necessária à perfeita entrega dos objetos licitados, sem ônus para a Administração.
- 6.31. Assumir inteira responsabilidade do fornecimento dos materiais contratados de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.
- 6.32. Responder perante o 1º Batalhão Logístico de Selva, bem como os Órgãos participantes e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo a contratação desta licitação.
- 6.33. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com o objeto desta Especificação Técnica.
- 6.34. Será exigido do fornecedor garantia complementar de 12 meses à garantia legal do fabricante, caso esta seja menor do que o prazo estipulado acima, dos itens classificados como bens duráveis, com o intuito de proteger a operacionalidade pertinente as atividades essenciais de armazenagem em grande escala, pois os bens duráveis desta licitação são basicamente todos de natureza industrial com variados componentes técnicos de razoável complexidade, podendo uma possível falha destes acarretar prejuízos nas atividades de estruturação da Companhia de Suprimento.
- 6.35. Na ocorrência do tópico anterior será solicitado que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com as necessidades desta organização, haja vista a localização no extremo norte do país dificultar a logística do transporte de materiais de grande porte; justifica-se também pela carência de assistência técnica de grandes marcas do mercado na cidade de Boa Vista-RR, aliada ao fato dos grandes centros comerciais estarem localizados em outras regiões do país.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição das quantidades para a presente demanda fundamenta-se no planejamento estratégico do Órgão Provedor de Classe I (OP/1) do 1º B Log SL, utilizando metodologias que cruzam o inventário físico atual com as projeções de consumo para o exercício financeiro de 2025/2026/2027.

7.2. Outrossim, foram analisadas as quantidades foram estimadas por meio de levantamento in loco e documental das existências em estoque, prevendo o acréscimo necessário para a transformação em andamento e manutenção da infraestrutura do Órgão Provedor e LIAB.

7.3. Também foi levado em consideração o Quadro de Cargos Previstos (QCP) da Cia Sup para o cálculo do efetivo da SU que necessitaria estar equipado com os materiais mobiliários, tais como mesas, cadeiras, e ar condicionado que são itens deste processo licitatório, a partir do qual chegou-se às quantidades demandadas. Ainda, foram considerada as necessidades do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia – LIAB.

### Da Renovação da ATA

7.4. Considerando a natureza do objeto ( Aquisição de insumos e materiais de consumo e permanentes destinados ao atendimento das necessidades das instalações da Cia Sup do 1º B Log SL de Selva, na condição de Órgão Provedor de Classe I) e a necessidade de manutenção do fluxo logístico de suprimento Classe I para o 1º B Log SL e demais OM apoiadas na 1ª Bda Inf SL, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses com previsão de prorrogação por mais 12 (doze) meses conforme inframencionado.

7.4.1. Justifica-se a previsão de prorrogação da vigência da Ata por mais 12 (doze) meses, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023. Tal medida visa garantir a continuidade do funcionamento da Companhia de Suprimento como Órgão Provedor Classe I no suprimento das tropas empregadas em operações críticas, como a Op Catrimani, Op Acolhida e a operação controle, evitando o risco de desabastecimento em razão da complexidade logística no estado de Roraima, e na imperiosidade da manutenção do Poder de Combate da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

7.4.1.1. Importante também considerar que o Estado de Roraima apresenta desafios logísticos singulares, com forte dependência do modal rodoviário (BR-174) e vulnerabilidade a períodos de chuvas intensas (inverno amazônico), que frequentemente comprometem o tráfego e encarecem o frete. A manutenção de uma Ata de Registro de Preços vigente e com saldo renovável permite que o 1º B Log SL, na condição de Órgão Provedor de Classe I (OP Cl I), tenha agilidade para reagir a interrupções de suprimento, garantindo o estoque de subsistência sem os riscos de vacância inerentes a novos processos licitatórios anuais em uma região de baixa densidade de fornecedores.

7.4.1.2. Considerando o alto custo operacional de mobilização logística na Amazônia Setentrional, a prorrogação da Ata vinculada ao reajuste por índice oficial (IPCA) mostra-se mais econômica para a Administração Pública do que a realização de sucessivos certames. A renovação dos quantitativos permite o aproveitamento de uma estrutura de preços já licitada e estabilizada, evitando que o Exército fique refém de oscilações especulativas pontuais do mercado local no momento de uma nova licitação.

7.4.1.3. O fornecimento de alimentação é direito pécúneo dos militares (Lei 6.880/80). A transição do encargo de OP Cl I do 12º B Sup (Manaus) para o 1º B Log SL (Boa Vista) visa justamente reduzir a dependência de comboios logísticos de longa distância. Portanto, a renovação da Ata é a ferramenta jurídica que consolida essa autonomia, garantindo que tanto o depósito de gênero seco e as câmaras e containeres frigoríficos, permaneçam com todos os insumos, e materiais necessários para atender de prontidão que suprimento chegue aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), como Surucucu e Auaris, com a regularidade exigida pela prontidão operacional da Força Terrestre."

7.4.2. A prorrogação permitirá, ainda, a renovação dos quantitativos inicialmente licitados, conforme facultado pelo § 2º do Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, assegurando que a expansão da capacidade logística e o efetivo de aproximadamente 3.700 militares mantenham-se providos sem a necessidade de interrupção para novos certames, desde que comprovada a vantajosidade econômica à época.

7.4.3. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período (mais 12 meses), mediante a anuência do fornecedor e desde que o órgão gerenciador comprove que os preços registrados permanecem vantajosos em relação ao mercado, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

7.4.4. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para os itens que forem objeto de prorrogação de vigência da Ata, nos termos do Art. 25, § 3º, do Decreto nº 11.462/2023.

7.4.5. Independentemente do reajuste anual, a Administração poderá realizar a revisão dos preços a qualquer tempo, para mais ou para menos, caso ocorram fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que retardem ou impeçam a execução do ajustado, conforme o Art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021, e o Decreto 11.462/23 Art. 27.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 942.994,34

8.1. Os valores de referência apresentados no presente processo licitatório foram obtido através da soma de pesquisa de preços realizada pelo parâmetro SISTEMA OFICIAIS DE GOVERNO por meio do Compras Governamentais no módulo Pesquisa de Preço conforme previsto no Art. 5º, Inc I, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

8.2 A metodologia adotada e detalhada no item 5 deste ETP resultou no valor estimado da contratação em R\$ 942.994,34 (novecentos e quarenta e dois mil , novecentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. 9.1. Conforme a letra b) do Inciso V do Art. 40 da Lei no 14.133/23, o objeto deverá atender o princípio do parcelamento, uma vez que ele é tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU).

SÚMULA Nº 247

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

9.2. Da análise desta equipe de planejamento, em conformidade com a Súmula nº 247 – TCU, a presente licitação foi consignada por itens. Não haverá para o presente caso, formação de grupos, ou seja, o critério de adjudicação será por item e não por preço global, portanto, não havendo hipótese de se cogitar eventual agrupamento. Cabe ressaltar que, a presente licitação é de apenas ITENS e não GRUPOS, com efeito, não haverá perda de escala, havendo um melhor aproveitamento do mercado e aumento da competitividade.

9.3. Portanto, a partir dos fatos elencados, para o presente processo licitatório, faz-se necessário a aquisição parcelada dos objetos, visando atender ao melhor interesse da administração pública e é o que melhor se aplica à licitação em tela, pois não vai de encontro ao texto da Súmula nº 247.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

10.2. Para o caso em tela, não se verifica contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação do caso concreto.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se estritamente alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército e ao Plano de Gestão da 12ª Região Militar, inserindo-se no ciclo de planejamento para os exercícios de 2026 a 2027. A iniciativa fundamenta-se no dever institucional do 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log Sl) de atuar como Órgão Provedor de Classe I (OP/1), garantindo a operacionalidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

11.2. O planejamento desta aquisição justifica-se pelos seguintes pilares estratégicos:

1. Capacidade Operacional e Logística: O aumento do esforço logístico em decorrência de operações de vulto (Operação Catrimani, Controle e missões na TI Yanomami) exige que a infraestrutura de armazenamento e expedição acompanhe a curva de demanda. A aquisição de materiais permanentes e de consumo visa eliminar gargalos operacionais e evitar a descontinuidade do suprimento de subsistência.
2. Conformidade Normativa e Sanitária: O investimento no Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB) atende ao planejamento de modernização tecnológica, assegurando que o controle de qualidade dos gêneros (secos e refrigerados) cumpra os padrões técnicos de segurança alimentar, mitigando riscos à saúde da tropa.
3. Gestão de Riscos e Saúde Ocupacional: O planejamento prevê a dotação de EPIs e equipamentos de segurança em conformidade com o Quadro de Cargos Previstos (QCP), alinhando a gestão de recursos humanos à segurança do trabalho durante a manipulação de cargas e insumos químicos.
4. Eficiência Administrativa: A aquisição de mobiliários e itens de organização logística (paletização e lacração) reflete o planejamento voltado à otimização do fluxo de suprimentos na Guarnição de Boa Vista-RR, buscando a máxima eficiência no uso dos recursos públicos e a preservação do patrimônio da União.

11.3. Portanto, a solução escolhida não se limita à reposição de estoque, mas sim à estruturação física e tecnológica necessária para que o 1º B Log Sl cumpra sua missão constitucional de apoio logístico em ambiente de selva e faixa de fronteira.

11.4. A ampliação das capacidades visa dar condições necessárias para atender as mais rigorosas exigências físicas, estruturais e de segurança estabelecidas pelo Comando Logístico.

11.5. A solicitação está ligada ao Plano de Gestão da Organização Militar no OEO 1 - Prover o Apoio Logístico de modo a maximizar o poder de combate dos elementos apoiados, na estratégia E1.2 - Prover os suprimentos necessários aos elementos apoiados e manter a RO da Brigada em condições de ser distribuída.

11.6. O recurso para atendimento dos pleitos solicitados no processo licitatório em questão serão atendidos pelo PDR Log 2026, em atenção aos pleitos solicitados no Sistema de Cadastramento de Necessidades Logísticas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Para o desempenho das atividades diárias, a 1ª Bda Inf SI e as demais Organizações Militares, dependentes do 1º Batalhão Logístico de Selva no que tange ao suprimento alimentar básico. Para tanto, as capacidades desenvolvidas pela Companhia de Suprimento, refletem, diretamente na maximização do poder de combate da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em suprir as necessidades logísticas, na alimentação dos militares.

12.2. Vale ressaltar que o 1º Batalhão Logístico de Selva recebeu a missão de tornar-se Órgão Provedor de Classe I da 12ª Região Militar na guarnição de Boa Vista-RR, no ano de 2025, necessitando dar continuidade na ampliação e consolidação das suas capacidades de armazenagem e operativas para atender a demanda necessária.

12.3. No Rol de benefícios a serem alcançados, constam os seguintes pontos:

- 12.3.1. ampliação da capacidade de armazenagem de gêneros alimentícios;
- 12.3.2. equipamentos e ferramentas para o desenvolvimento da atividade logística da Companhia de suprimento; e,
- 12.3.3. equipamentos laboratoriais com o fito de análise de alimentos.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando a aquisição dos itens a serem adquiridos algumas providências faz-se necessárias:

13.1.1. Adequação da Infraestrutura e Cronograma: Para que a contratação surta efeitos, será necessária a reorganização física dos depósitos do OP/1 e a instalação dos novos equipamentos no LIAB (como autoclaves e bombas de vácuo). Para tanto, deverá ser elaborado um Cronograma de Atividades pela Seção de Logística, designando responsáveis pela recepção, montagem e correta disposição dos itens, assegurando que o ambiente esteja pronto para o pleno uso das soluções de armazenagem e inspeção.

13.1.2. Capacitação de Pessoal: Considerando a complexidade técnica dos novos equipamentos do LIAB e o uso de insumos químicos (inseticidas fumigantes), e manejo do depósito, será promovida a capacitação dos militares envolvidos. O treinamento focará na operação segura dos materiais permanentes e na fiscalização técnica do contrato, cursos e estágios de gestão de estoque, garantindo que o recebimento atenda às especificidades de segurança e qualidade exigidas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Quantos aos rejeitos produzidos durante a entrega do objeto, devem possuir destinação adequada, de modo que não resulte em poluição ambiental ou tenha impacto mínimo.

14.2. Não se vislumbra dano ambiental quanto ao local de instalação e armazenagem dos materiais, tendo em vista que não há espécies da fauna e flora que ocupam a área, bem como está vazia, preparada para recepção dos processos visando a instalação e armazenagem dos objetos em questão.

14.3. Os materiais adquiridos devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental na qualidade de requisitos sustentáveis.

14.4. Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

14.5. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## 15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade


15.1. Considerando o cenário operacional da Guarnição de Boa Vista-RR, a contratação mostra-se **plenamente viável e necessária**. Os itens solicitados formam um ecossistema logístico integrado que vai desde a recepção e inspeção técnica no LIAB até a paletização e distribuição final. A ausência desta contratação implicaria em degradação operacional, risco à saúde do efetivo e potencial desabastecimento das frações de tropa em áreas isoladas. Assim, a equipe de planejamento é de parecer favorável para o prosseguimento do processo de contratação, tendo em vista a necessidade exposta nos ETP em questão, e o alinhamento estratégico com o plano de gestão do Batalhão.

# 16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **MIKAELA RAMIRES ALCANTARA**  
Data: 10/04/2026 11:18:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MIKAELA RAMIRES ALCANTARA**  
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE LUIZ QUEIROZ MEDEIROS**  
Data: 10/04/2026 10:37:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDRE LUIZ QUEIROZ MEDEIROS**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **MAYANI CRISTINE DA COSTA SILVA**  
Data: 10/04/2026 10:42:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MAYANI CRISTINE DA COSTA SILVA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação